1 Ata da Sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná realizada em 9
2 de abril de 2009.

3 Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e nove, às nove horas, na Sala do Conselho
4 Universitário, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Professor Doutor Zaki Akel Sobrinho. Presentes o Vice-Reitor,
6 Professor Rogério Andrade Mulinari e os Conselheiros Titulares Almir Antônio Urbanetz, Sônia
7 Maria Breda, Augusto Brandini Neto, Carlos Estevam Nolf Damiani, Chisato Oka Fiori, Daniel
8 Ikenaga, Claudio Antonio Tonegutti, Tibiriçá Krüger Moreira, Diogo Ormianin, Heraldo Maciel
9 França Madeira, Clara Brener Mindal, João Carlos dos Santos Horst Filho, João Vitor Pilon
10 Peixoto, José Marcelo Rocha Aranha, Ligia Eliana Setenareski, André Luiz Battaiola, Luiz Carlos
11 Baeta Vieira, Madlaine Célia de Lima, Maria Augusta Bolsanello, Maria Emília Daudt von der
12 Heyde, Maria Tarcisa Silva Bega, Marinez da Silva, Wiliam Alves Barbosa, Moisés Prates Silveira,
13 Nelson Luís da Costa Dias, Luís Augusto Koenig Veiga, Roberto Ratzke, Roberto Tadeu Raittz,
14 Lúcia Helena Alencastro, Samuel Cavassim Raffo, Sávio Marcelo Leite Moreira da Silva, Vera
15 Lúcia Israel, Vanessa Gonçalves Curty, Leomar Albini e Vicente Pacheco. Presentes também os
16 Conselheiros Suplentes Erick Hernán Boschilha Lastra, Simone Cristine Cavallari, Leonor
17 Demário, Cleverson Ribas Carneiro e Luiz Antonio Passos Cardoso. Presentes ainda a Pró-Reitora
18 de Assuntos Estudantis, Professora Rita de Cássia Lopes, a Pró-Reitora de Extensão e Cultura,
19 Professora Elenice Mara Matos Novak, a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Laryssa Martins Born,
20 a Pró-Reitora de Graduação, Professora Maria Amélia Sabbag Zainko e a Pró-Reitora de
21 Planejamento, Orçamento e Finanças, Professora Lúcia Regina Assumpção Montanhini.
22 Justificaram suas ausências os Conselheiros Ana Lúcia Tararthuch, Ana Sofia Clímaco Monteiro de
23 Oliveira, Ângelo Ricardo de Andrade Menegatti, Carla Galvão Spinillo, Dimas Agostinho da Silva,
24 Eneida Desiree Salgado, Ettiène Cordeiro Guérios, Lígia Negri, Paulo Afonso Bracarense Costa,
25 Ricardo Marcelo Fonseca, Sílvia Helena Soares Schwab, Vanessa Kava-Cordeiro, Vânia Mari Salvi
26 Andrzejewski e Vera Karam de Chueiri. Havendo quorum o Presidente declarou aberta a sessão
27 colocando em análise e votação as atas das sessões realizadas nos dias 12 de fevereiro e 26 de
28 março do corrente, as quais foram aprovadas por unanimidade. Nos informes o Presidente iniciou
29 dando posse aos novos representantes da comunidade externa junto ao COPLAD: Senhor Paulo
30 César Nauiack como representante titular e Senhor Luiz Gonzaga Fayzano Neto, como suplente;
31 Senhor Jamil D'Ávila como membro titular e Senhor João Batista Oliveira como suplente. Ato
32 seguinte o Presidente informou que, em reunião em Brasília, foi anunciado aos Reitores pelo
33 Senhor Ministro da Educação a proposta do MEC de unificação dos processos seletivos da IFES
34 com a reestruturação do ENEM. Destacou que cada dirigente recebeu do MEC documento chamado
35 "Termo de Referência" contendo dados sobre a proposta para que os Reitores encaminhassem a
36 discussão do assunto junto às suas respectivas universidades. O Presidente também informou que o
37 MEC definiu prazo até 30 de abril do corrente para que as universidades se manifestassem
38 favoráveis ou não a adesão da proposta. O Presidente destacou a preocupação externada por muitos
39 reitores principalmente em relação ao prazo exíguo dado pelo MEC para discussão de um assunto
40 desta relevância. Diante destes acontecimentos, o Presidente registrou que já havia solicitado à
41 PROGRAD a elaboração de um documento para subsidiar esta ampla discussão que deveria ocorrer
42 no âmbito da UFPR. Finalizando, o Presidente destacou que o assunto também deveria ser discutido
43 pelas entidades APUFPR, SINDITEST e DCE e que a decisão final caberia a este Conselho como
44 órgão máximo da Instituição. Sobre o assunto, a Conselheira Maria Tarcisa Silva Bega sugeriu que
45 todos os documentos relativos ao tema fossem disponibilizados na página oficial da UFPR para
46 conhecimento e sugestões. A proposta foi acatada. Ainda nos informes, o Presidente registrou que a
47 Maternidade Victor Ferreira do Amaral já se encontrava cadastrada no Sistema dos Hospitais

48 Universitários, podendo assim receber recursos advindos do tesouro nacional. Também registrou o
49 aumento de 45 por cento nos recursos destinados ao Hospital de Clínicas. Encerrando os informes, a
50 Conselheira Vera Lúcia Israel, na condição de Vice-Diretora do Setor Litoral, convidou os
51 conselheiros para a Feira de Profissões dos Cursos daquele Setor, que seria realizada no dia 26 de
52 abril do corrente no município de Matinhos. **Ordem do Dia: 01) Processo nº 008987/2008-06 –**
53 **Recurso de Grazielle Chiuratto Vianna contra decisão do CEPE – jubramento.** Relator de
54 vista, Conselheiro Daniel Ikenaga e relatora original, Conselheira Carla Galvão Spinillo. O relator
55 de vista exarou o seguinte parecer: *“Sou de parecer favorável à solicitação da discente concedendo*
56 *o prazo de quatro semestres, iniciando no segundo semestre de 2009, acompanhado e revisado a*
57 *concessão semestralmente pela Coordenação do Curso”*. Ato seguinte, a Conselheira Chisato Oka
58 Fiori procedeu a leitura do parecer da Conselheira Carla Galvão Spinillo, lavrado nos seguintes
59 termos: *“Analisando os documentos constantes neste processo, em particular o histórico curricular*
60 *da solicitante, e a comprovação de prorrogação previamente concedida de 1(um) ano para*
61 *conclusão do referido curso, e ainda com base na legislação que rege este processo, ratifico as*
62 *decisões anteriores quanto ao indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo para*
63 *conclusão do Curso de Engenharia Industrial Madeireira encaminhado pela discente Grazielle*
64 *Chiuratto Viana. Apesar de sensível aos argumentos apresentados referentes a dificuldades*
65 *financeiras e condição de mãe solteira da solicitante, minha decisão pelo jubramento fundamenta-*
66 *se também na ausência de novos argumentos que levem à mudança na compreensão do recurso*
67 *aqui posto”*. Em discussão, o Conselheiro José Marcelo Rocha Aranha manifestou a compreensão
68 de que o parecer do relator de vista ainda carecia de elementos concretos para o julgamento do
69 pedido. No mesmo sentido, manifestou-se a Conselheira Vanessa Gonçalves Curty, lembrando que
70 na última sessão havia solicitado informações mais objetivas principalmente sobre o desempenho
71 acadêmico da requerente. Ainda em discussão, sugeriu-se a elaboração de um parecer padrão para
72 os processos de jubramento contemplando informações sobre as justificativas do pedido para a
73 dilatação do prazo visando a conclusão do curso, as disciplinas faltantes para a integralização
74 curricular do solicitante e seu índice de rendimento acadêmico, além da cópia do seu histórico
75 escolar. A Secretaria encarregou-se de apresentar minuta do documento para a avaliação dos
76 conselheiros. Dando sequência ao tema, houve a proposta de que o relator de vista retirasse de seu
77 parecer as sugestões apresentadas sobre encaminhamentos envolvendo o instituto do jubramento,
78 recomendações estas que ficariam como registro na presente ata. Havendo a concordância do relator
79 de vista, assim ficou o registro: *“A abertura de uma comissão do CEPE para se rever as*
80 *normativas do jubramento. A descontinuidade dos processos de jubramento até a deliberação dos*
81 *resultados desta comissão. A revisão do Estatuto frente às prerrogativas do CNE”*. Finalizando, a
82 Pró-Reitora de Graduação comunicou que dentre as alterações que estavam sendo estudadas pela
83 PROGRAD na Resolução nº 37/97-CEPE, também estavam incorporadas questões relacionadas ao
84 jubramento. Nesse sentido, registrou que concluídos os estudos, os resultados deveriam ser
85 encaminhados ao CEPE para deliberação. Encerradas as manifestações, o Presidente conduziu o
86 processo de votação, esclarecendo que, conforme disposto no § 2º do art. 23 do Estatuto da UFPR, a
87 votação da matéria deveria ser secreta e que para a reforma da decisão do CEPE seria necessário a
88 aprovação pela maioria qualificada de dois terços do total dos presentes. Nesse sentido, o Presidente
89 informou que no momento o universo de votantes era de 37 conselheiros, sendo que para a reversão
90 da decisão do CEPE seria necessário que pelo menos 24 acompanhassem o parecer de vista. Feitas
91 as explicações, o Presidente acompanhou a votação, seguindo a disposição regimental de que os
92 conselheiros que votassem “SIM”, acompanhariam o parecer original e os que votassem “NÃO”,
93 concordariam com o parecer de vista. Computados os votos o resultado foi o seguinte: 22 votos
94 “NÃO” e 15 votos “SIM”. Sendo necessários 24 votos para modificação da decisão anterior, o

95 parecer original foi aprovado por maioria de votos. **02) Processo nº 047104/2008-75 – Recurso de**
96 **Marcos Leite Silva contra decisão do CEPE – jubramento.** Relator de vista Conselheiro
97 Augusto Brandini Neto e relatora original Conselheira Marineli Joaquim Méier. O relator de vista
98 exarou parecer favorável ao provimento do recurso. A discussão do processo foi suspensa com
99 pedido de vista formulado pelo Conselheiro Roberto Ratzke. **03) Processo nº 034923/2007-71 –**
100 **Recurso de João Henrique Bonametti contra decisão do CEPE – revalidação de diploma em**
101 **História.** Negado provimento ao recurso por maioria de votos (30x05), nos termos do parecer do
102 Conselheiro Estevam Nolf Damiani. **04) Processo nº 026828/2007-02 – Solicitação de Edmar**
103 **Almeida de Macedo para progressão por capacitação profissional.** A Conselheira Marinez da
104 Silva procedeu a leitura do parecer da Conselheira Vânia Mari Salvi Andrzejewski, lavrado nos
105 seguintes termos: “*Considerando que não há como considerar os certificados apresentados como*
106 *modulares e somatórios uma vez que não foram emitidos por uma única instituição e seu conteúdo*
107 *não está registrado em um único documento; Considerando que não há como considerar os*
108 *certificados apresentados como cursos sequenciais uma vez que não foram emitidos por uma única*
109 *instituição, apesar de serem da mesma natureza; Após analisar os documentos constantes do*
110 *presente processo e, avaliando a legislação vigente sou de parecer pelo indeferimento do pedido*
111 *realizado pelo Servidor Edmar Almeida de Macedo em virtude do mesmo não haver apresentado*
112 *documentos que permitam conceder a Progressão por Capacitação Profissional de acordo com o*
113 *preconizado pela Lei n 11.091/05, Lei 11.233/05 e Decreto n 5.824/06 sob pena de colocarmos em*
114 *risco a credibilidade do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos da UFPR. Desta forma,*
115 *entendo que não há como conceder o benefício solicitado, como forma de resguardarmos a*
116 *integridade financeira do interessado uma vez que, constatada a irregularidade pelos órgãos*
117 *competentes, o servidor deverá devolver os recebíveis acrescido de juros e correções monetárias”.*

118 Em discussão e votação, o parecer foi aprovado por maioria de votos (32x03). **05) Processo nº**
119 **065275/2009-67 – Proposta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de**
120 **Graduação de alteração da Resolução nº 23/99-COUN que dispõe sobre “A Semana de**
121 **Recepção aos Calouros da UFPR” e dá outras providências.** O processo foi retirado de pauta a
122 pedido da Relatora, Conselheira Vera Karam de Chueiri. **06) Processo nº 064546/2009-67 –**
123 **Solicitação de Sérgio Roberto Andreazza Filho para o cumprimento da decisão do COUN de**
124 **equivalência de disciplinas (PROVAR).** O Conselheiro Vicente Pacheco leu o parecer da
125 Relatora, Conselheira Vera Karam de Chueiri: “*Observada a legislação da Universidade e em*
126 *respeito às decisões deste Egrégio Conselho Superior, defiro o pedido do aluno requerente*
127 *relativamente ao cumprimento da decisão do COUN que lhe concedeu em última instância o*
128 *número de (mais) 895 horas para fins de equivalência”.*

129 Em discussão, o Presidente informou que a
130 PROGRAD vem desenvolvendo encontros periódicos com os coordenadores de curso visando o
131 equacionamento de várias questões relacionadas ao PROVAR. Diante ao exposto e considerado que
132 a matéria deste processo já foi objeto de decisão deste Conselho, observou que o mesmo poderia ser
133 encaminhado à PROGRAD para que, junto com a Coordenação do Curso de Engenharia Civil,
134 fossem efetuadas as referidas equivalências na forma aprovada pelo COUN e nas condições
135 permitidas pelo currículo do curso. Havendo o consenso neste encaminhamento, o processo foi
136 enviado à PROGRAD. **07) Processo nº 063470/2009-52 – Solicitação de Fernando Mendes de**
137 **Lima para cumprimento da decisão do COUN de equivalência de disciplinas (PROVAR).**
138 Tratando-se de situação equivalente a do processo anterior, este processo também foi retirado de
139 pauta e encaminhado à PROGRAD para o processamento das equivalências. Encerrada a pauta e
140 nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
sessão, da qual eu, Dionei José da Silva, Secretário, lavrei a presente ata.